



MAIS ÁFRICA E MUNDO

# Acordo de pescas entre Cabo Verde e União Europeia gera controversa

outubro 19, 2018

Eugénio Teixeira

## **Primeiro-ministro diz que acordo vai permitir modernizar o sector, analistas têm posição contrária**

O Governo de Cabo Verde e a União Europeia (UE) chegaram a um acordo no domínio das pescas em que, durante cinco anos, em troca de 750 mil euros, barcos europeus podem pescar até oito mil toneladas nos mares cabo-verdianos.

O primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva afirma que o acordo tem como base o desenvolvimento do sector e da economia azul, mas há muitas vozes que dizem que o documento não serve os interesses de Cabo Verde.

Na óptica do Chefe do Governo, o acordo vai permitir a modernização das actividades de pesca, formação, capacitação técnica e operacional e segurança dos pescadores cabo-verdianos.

Correia e Silva adianta também que o mesmo visa criar condições para atrair o investimento externo no sector das pescas.

Apesar da melhoria na compensação financeira, o antigo ministro da Economia e consultor Avelino Bonifácio afirma que o presente acordo não serve os reais interesses do país.

## **Acordo deficiente**

O economista afirma que seria preferível deixar os barcos da UE pescar livremente e Cabo Verde obter programas de financiamento directo que permitisse os armadores nacionais investirem na aquisição de embarcações com capacidade para pescar nas melhores condições e segurança.

“Julgo que isso traria mais benefícios económicos e emprego no sector das pescas”, realça o antigo ministro.

Por sua vez, o antigo Capitão dos Portos de Sotavento, João de Deus Carvalho e Silva, considera que o novo acordo traz melhores compensações financeiras em relação ao anterior, embora reconheça que se pode sempre melhorar mais para a satisfação das duas partes.

Outro aspecto ressaltado por esse analista, prende-se com a possibilidade de o país ter fiscais e investigadores nacionais nas embarcações da União Europeia a pescar nas águas territoriais do arquipélago.

O novo acordo entra em vigor no próximo ano.